

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, parte - Comércio - Salvador - BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2014, registramos o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio e dividendos nos montantes de R\$ 200 milhões e R\$ 301,4 milhões, deliberados conforme Ata da Reunião da Diretoria de 20 de dezembro de 2013 e na AGO de 11 de abril de 2014, respectivamente, e de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados conforme

Atas das Reuniões da Diretoria de 27 de junho e 30 de setembro de 2014, nos montantes de R\$ 500 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente.

No exercício, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 2 bilhões, correspondente a R\$ 9,749,91 por ação, Patrimônio Líquido de R\$ 16,9 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 12,35% sobre o Patrimônio Líquido médio do período.

Salvador, BA, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	4.592.094	5.562.231	CIRCULANTE	506.739	574.931
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	506.739	574.931
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	332.736	1.372.896	Sociais e Estatutárias (Nota 13d)	398.355	441.398
Aplicações no Mercado Aberto	1.661	28.979	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	15.397	74.360
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	331.075	1.343.917	Diversas (Nota 12b)	92.987	59.173
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	247.817	399.744
DERIVATIVOS (Nota 6a)	379.737	327.076	OUTRAS OBRIGAÇÕES	247.817	399.744
Carteira Própria	110.158	93.238	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	220.903	284.691
Moeda de Privatização	-	148	Diversas (Nota 12b)	26.914	115.053
Vinculados à Prestação de Garantias	269.579	233.690	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.862.595	16.706.965
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	24	-	Capital:		
Transferências Interiores de Recursos	24	-	- De Domiciliados no País (Nota 13a e b)	11.176.393	12.050.000
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(272)	(6.477)	Reservas de Lucros (Nota 13c)	5.628.284	4.621.462
Operações de Arrendamentos a Receber:			Ajustes de Avaliação Patrimonial	5.7918	35.503
- Setor Privado	2.143	36.755			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.620)	(33.781)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(785)	(9.451)			
OUTROS CRÉDITOS	3.679.801	3.868.680			
Rendas a Receber (Nota 8a)	3.769.444	3.785.460			
Diversos (Nota 8b)	110.363	83.253			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(36)	(53)			
OUTROS VALORES E BENS	66	63			
Outros Valores e Bens	275	336			
Provisões para Desvalorizações	(209)	(283)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	816.208	849.572			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	65.285	58.870			
Aplicações no Mercado Aberto	65.285	58.870			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	2.729	13.673			
Carteira Própria	-	8.645			
Moeda de Privatização	2.729	5.028			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(8)	(289)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	667	2.047			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(667)	(2.036)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(5)	(310)			
OUTROS CRÉDITOS	748.199	777.328			
Diversos (Nota 8b)	748.318	777.457			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(119)	(129)			
PERMANENTE	12.208.849	11.269.837			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	12.151.467	11.101.064			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	12.142.554	11.063.680			
Outros Investimentos	51.454	79.925			
Provisões para Perdas	(42.541)	(62.541)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	57.982	168.773			
Bens Arrendados	295.962	696.135			
Depreciação Acumulada	(238.580)	(527.362)			
TOTAL	17.617.151	17.681.640	TOTAL	17.617.151	17.681.640

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	2º Semestre 2014	Exercício findo em 31 de dezembro 2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	95.457	251.888	647.320
Operações de Créditos (Nota 7g)	8.632	17.238	22.322
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	41.844	110.474	390.517
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	44.981	124.176	234.481
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	39.956	104.333	356.787
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	42.443	112.061	390.662
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	(2.487)	(7.728)	(33.875)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	55.501	147.555	290.533
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	984.714	1.868.800	1.717.910
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(8.288)	(11.808)	(5.192)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(4.989)	(12.289)	(6.116)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(3.244)	(7879)	(14.589)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.060.321	1.962.333	1.788.629
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	14.932	35.514	67.222
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(74.018)	(97.071)	(92.044)
RESULTADO OPERACIONAL	1.040.215	2.016.355	2.008.443
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	(3.282)	(1.650)	2.390
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.036.933	2.014.705	2.010.833
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22a e b)	50.409	20.472	(25.998)
LUCRO LÍQUIDO	1.087.342	2.035.177	1.984.835
Número de ações (Nota 13a)	208.738	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	5.209,12	9.749,91	9.508,74

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros Legal Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Totais
Eventos					
Saldo em 30.6.2014	11.176.393	874.715	3.939.471	34.176	18.816
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	5.546	(620)	- 4.926
Lucro Líquido	-	-	-	1.087.342	1.087.342
Destinações:					
- Reservas	-	54.367	759.731	-	- (814.098)
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	- (100.000)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	- (173.244)
Saldo em 31.12.2014	11.176.393	929.082	4.699.202	39.722	18.196
Saldo em 31.12.2012	12.050.000	728.081	2.921.594	44.118	136.980
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(18.147)	(127.448)	- (145.595)
Dividendos 2012	-	(541.650)	-	-	- (541.650)
Lucro Líquido	-	-	-	1.984.835	1.984.835
Destinações:					
- Reservas	-	99.242	1.414.195	-	- (1.513.437)
- Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	- (200.000)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	- (271.398)
Saldo em 31.12.2013	12.050.000	827.323	3.794.139	25.971	9.532
Redução de Capital	(873.607)	-	-	-	- (873.607)
Dividendos 2013	-	(30.000)	-	-	- (30.000)
Dividendos Pagos	-	(500.000)	-	-	- (500.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	13.751	8.964	- 22.415
Lucro Líquido	-	-	-	2.035.177	2.035.177
Destinações:					
- Reservas	-	101.759	1.435.063	-	- (1.536.822)
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	- (100.000)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	- (399.355)
Saldo em 31.12.2014	11.176.393	929.082	4.699.202	39.722	18.196

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, parte - Comércio - Salvador - BA

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em Reais mil

	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e			
Contribuição Social	1.036.933	2.014.705	2.010.833
Ajustes no Lucro Líquido antes dos impostos	(972.322)	(1.796.027)	(1.367.648)
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação			
Dúvidosa	(2.487)	(7726)	(93.875)
Depreciações	403	3.135	27.102
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.060.321)	(1.962.333)	(1.768.629)
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	31.553	41.313	25.576
Insuficiência de Depreciação	41.669	107.849	359.019
Perda na Venda de Investimentos	4.473	4.473	-
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	27	60	19
Outras Provisões	12.361	17.204	23.140
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	64.611	218.678	643.185
Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	108.001	1.006.427	1.022.662
Redução/Aumento em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.804)	(29.721)	618.154
Redução/Aumento em Relações Interdependências	(13)	(24)	62
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	676	1.222	5.229
Redução/Aumento em Outros Créditos	(6.627)	2.209	(32.142)
Redução em Outras Obrigações	(113.193)	(144.436)	(317.197)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(9.622)	(86.585)	(446.946)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	42.029	967.770	1.493.207
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:			
Redução/Aumento em Títulos Disponíveis para Venda	(190)	1.755	26.845
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	9	22	12
Redução de Capital em Dinheiro de Investida	-	-	7325
Aumento de Capital em Dinheiro de Investida	-	-	(1.295.000)
Alienação de Imobilizado de Arrendamento	82	423	9.703
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(13)	(22)	(88)
Alienação de Investimentos	23.999	23.999	-
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	(17)	(17)	(174)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Controladas	88	35.153	259.619
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	23.958	61.313	(961.754)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(85.000)	(1.056.398)	(547.617)
Redução de Capital em Dinheiro	-	(4)	(1.293)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(85.000)	(1.056.402)	(548.910)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(19.013)	(27.319)	(174.572)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	20.676	28.962	46.439
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.663	1.663	28.962
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(19.013)	(27.319)	(174.572)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado - Em Reais mil

	2º Semestre 2014	%	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	%	2013	%
1 - RECEITAS	35.576	3,4	196.409	9,6	658.763	32,4
1.1) Intermediação Financeira	95.457	9,1	251.888	12,4	647.320	31,9
1.2) Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	2.487	0,2	7.728	0,3	33.875	1,6
1.3) Outras	(62.368)	(5,9)	(63.207)	(3,1)	(22.432)	(1,1)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	(42.443)	(4,0)	(112.061)	(5,5)	(390.662)	(19,2)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.989)	(0,5)	(12.289)	(0,6)	(5.116)	(0,3)
Serviços de Terceiros	-	-	-	-	(78)	-
Comunicações	(3)	-	(4)	-	(5)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(28)	-	(43)	-	(42)	-
Propaganda, Promoções e Publicidade	(185)	-	(495)	-	(456)	-
Transporte	(12)	-	(16)	-	(27)	-
Processamento de Dados	(11)	-	(11)	-	(13)	-
Serviços Técnicos Especializados	(4.155)	(0,4)	(11.091)	(0,6)	(4.347)	(0,3)
Contribuições Filantrópicas	(396)	(0,1)	(396)	-	(600)	-
Viagens	-	-	-	-	(2)	-
Emolumentos Judiciais e Cartórios	(40)	-	(50)	-	(289)	-
Outras	(213)	-	(243)	-	(259)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(11.855)	(1,1)	72.059	3,5	261.985	12,9
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(11.855)	(1,1)	72.059	3,5	261.985	12,9
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS	1.060.321	101,1	1.962.333	96,5	1.768.629	87,1
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.060.321	101,1	1.962.333	96,5	1.768.629	87,1
7 - VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.048.465	100,0	2.034.392	100,0	2.030.614	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.048.465	100,0	2.034.392	100,0	2.030.614	100,0
8.1) Provisões	2.554	0,2	10.638	0,5	5.156	0,3
Benefícios	2.552	0,2	4.952	0,2	-	-
Outros	654	0,1	788	-	5.156	0,3
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	(46.231)	(4,4)	(11.423)	(0,5)	40.623	2,0
Federais	(46.299)	(4,4)	(11.546)	(0,5)	40.248	2,0
Municipais	68	-	123	-	375	-
8.3) Remuneração de Capitais	1.087.342	103,7	2.035.177	100,0	1.984.835	97,7
Juros sobre o Capital Próprio	100.000	9,5	100.000	4,9	200.000	9,8
Dividendos	173.244	16,5	398.355	19,6	271.398	13,4
Lucros Retidos	814.098	77,7	1.536.822	75,5	1.513.437	74,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada ou Instituição) é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio e arrendamento mercantil. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.949/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/B4) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para o refinanciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisões para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

1 - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

continua



BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido a antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7f).

V - Superveniência/insuficiência de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7f).

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentados na Nota 22.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 90 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014	2013
Títulos para negociação (2)	9.281	202.015	72.571	-	283.867	254.145
Letras financeiras do tesouro	-	202.015	72.571	-	274.586	274.623
Notas do tesouro nacional (3)	9.281	-	-	-	9.281	-
Títulos disponíveis para venda (4)	95.870	-	-	2.729	98.599	32.309
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-
Ações	95.870	-	-	-	95.870	29.574
Outros	-	-	-	2.729	2.729	2.735
Total em 2014	108.151	202.015	72.571	2.729	382.466	316.213
Total em 2013	81.323	-	12.575	246.851	-	340.749

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(3) Referem-se a recursos de fundos de investimento exclusivos aplicados em operações compromissadas com a Organização; e

(4) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não foram realizadas perdas por impairment para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
2014	2013	
Rendimentos de aplicações e interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	91.905	203.861
Cotas de fundos de investimentos	888	6.688
Títulos de renda fixa	28.478	21.170
Títulos de renda variável	3.105	2.782
Total	124.176	234.481

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Alvorada não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

continua...

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014 (A)	2013 (A)
Arrendamento mercantil	140	127	60	216	300	553	1.395	61.48
Outros créditos (1)	301	301	901	903	1.806	11.888	15.498	16.339
Total em 2014	441	428	361	1.119	2.106	12.439	16.894	100,0
Total em 2013	4.450	4.201	3.524	8.714	7.472	14.058	42.419	100,00

Operações de crédito	Curso anormal						Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 540 dias	2014 (B)	2013 (B)
Arrendamento mercantil	131	141	103	209	255	839	100,0	4.760
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2014	131	141	103	209	255	839	100,0	-
Total em 2013	1.059	907	663	1.303	828	-	4.760	100,00

Operações de crédito	Curso anormal						Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2014 (C)	2013 (C)
Arrendamento mercantil	105	94	77	74	34	384	100,0	6.772
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2014	105	94	77	74	34	384	100,0	6.772
Total em 2013	1.019	974	814	1.900	1.583	382	6.772	100,00

(1) Corresponde a devedores por compra de valores e bens.

b) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	%	2013	%	2014	2013
Maior devedor	15.498	85,54	16.339	30,28	955	9.923
Dez maiores devedores	17.014	93,91	19.243	35,67	786	7.296
Vinte maiores devedores	17.386	95,96	20.358	37,73	169	2.827
Quarenta maiores devedores	17.683	98,60	22.776	42,22	17.238	22.322
Com maiores devedores	18.096	99,88	26.614	47,48	-	-

c) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	%	2013	%	2014	2013
Indústria	15.498	100,00	53.951	100,00	2.810	38.802
Comércio	65	0,41	2.090	3,88	(2.287)	(35.817)
Intermediários financeiros	-	-	4	0,01	295.962	696.135
Serviços	17.292	95,45	29.313	54,33	(238.589)	(527.562)
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	9	0,05	259	0,48	(295.793)	(692.424)
Pessoa física	679	3,73	15.016	27,93	57.213	165.062
Total	18.117	100,00	53.951	100,00	(55.288)	(134.146)

d) Composição das operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo da carteira	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	%	2013	%	2014	2013
Arrendamentos financeiros a receber	2.810	15,46	37.612	69,72	2.810	38.802
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(2.287)	(12,63)	(35.817)	(66,57)	(2.287)	(35.817)
Bens arrendados financeiros - perdas em arrendamentos (liquidadas)	295.962	1,63	696.135	1,29	295.962	696.135
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados e financeiros	(238.589)	(1,32)	(527.562)	(9,77)	(238.589)	(527.562)
Depreciações acumuladas	(295.793)	(1,63)	(692.424)	(1,29)	(295.793)	(692.424)
Superveniência de depreciação	57.213	0,32	165.062	0,31	57.213	165.062
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 12b)	(55.288)	(0,31)	(134.146)	(0,25)	(55.288)	(134.146)
Total do valor presente	2.619	0,01	37.612	0,07	2.619	37.612

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo inicial	Em 31 de dezembro - R\$ mil				Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	%	2013	%	2014	2013
Reversão de provisão	(7.728)	(45,83)	(33.875)	(62,83)	(7.728)	(33.875)
Reversão de provisão	(7.728)	(45,83)	(33.875)	(62,83)	(7.728)	(33.875)
Reversão de provisão	(7.728)	(45,83)	(33.875)	(62,83)	(7.728)	(33.875)

g) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas"

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital		Lucro líquido/(prejuízo) ajustado		Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (4)	
	2014	2013	2014	2013	Ações	Cotas	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Rubli Holdings Ltda.	5.822.146	10.338.185	-	-	5.817.526	99.920946	1.640.829	10.329.981	8.697.384	1.639.527	1.416.659	-	-	-
Caeté Holdings Ltda.	162.000	511.411	-	-	160.450	99.042988	213.634	506.517	296.170	211.589	182.322	-	-	-
Ganant Corretora de Seguros Ltda. (1)	274.550	298.936	-	-	274.550	100.000000	18.371	298.936	-	16.900	-	-	-	-
Miramar Holdings S.A.	167.000	229.172	41.998	-	100.000000	22.220	229.172	207.164	22.220	273.399	-	-	-	-
Banco Corretora de Seguros S.A.	4.700	9.591	419	-	54.110045	266	5.190	5.080	144	99	-	-	-	-
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	490	692	-	-	99.999757	99	692	692	99	76	-	-	-	-
Acaré Holdings Ltda.	135	173	-	-	93.948934	10	163	153	9	(2)	-	-	-	-
Serel Participações em Imóveis S.A.	260.000	1.693.462	5.470	-	37.878799	126.732	658.950	611.320	48.086	33.042	-	-	-	-
Embauba Holdings Ltda.	551.937	1.088.530	-	-	18.663	3.381292	85.493	36.806	33.932	2.891	2.336	-	-	-
Marcelha Holdings Ltda.	247.300	465.442	-	-	20.030	8.099485	16.196	37.698	36.421	1.200	9.265	-	-	-
Manacás Holdings Ltda.	28.652	33.766	-	-	11.107	38.764987	1.095	13.089	12.659	424	225	-	-	-
Tempo Serviços Ltda.	1.575.650	2.249.819	-	-	7.797	0.494981	231.596	11.153	9.991	1.146	976	-	-	-
STVD Holdings S.A.	917.986	1.592.772	51.724	-	-	0.544979	68.756	8.708	8.337	375	532	-	-	-
Bradesco Corretora de Seguros Ltda. (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	316.596	1.713	3.444	-	-	-



BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital	Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (4)	
			Ações	Cotas			2014	2013	2014	2013
Banco Bradesco Cartões S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	822.351	15.920	92.316
Outras empresas	-	-	-	-	-	-	5.519	5.519	-	-
Total de Investimentos	-	-	-	-	-	-	12.142.554	11.063.680	1.962.333	1.768.629

(1) Investimento foi adquirido na redução de capital social da Bradesco Corretora de Seguros Ltda., em 14.2.2014;

(2) Investimento foi utilizado na redução de capital social do Banco Alvorada, em 24.2.2014;

(3) Investimento foi utilizado no aumento de capital social da Duvelite Holding em 14.2.2014; e

(4) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2014	2013
Ações e cotas	28.571	28.571	-
Investimentos por níveis fiscais	14.321	14.321	-
Títulos patrimoniais	77	77	-
Outros investimentos (1)	8.485	36.956	-
Subtotal	51.454	79.925	-
Provisão para perdas	(42.541)	(42.541)	-
Total	8.913	37.384	-

(1) Em 2014, variação refere-se à alienação de ações da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2014	2013
Imobilizado de arrendamento:			
Veículos e afins	295.860	695.787	-
Perdas em arrendamentos (líquidos)	102	349	-
Subtotal de bens arrendados	295.962	696.135	-
Depreciação acumulada de bens arrendados	(295.793)	(692.424)	-
Superveniência de depreciação (Nota 31-V)	52.213	165.502	-
Subtotal da depreciação acumulada	(238.580)	(527.362)	-
Total imobilizado de arrendamento	57.382	168.773	-

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pedidos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

O Banco Alvorada vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é: IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 62.350 mil (2013 - R\$ 60.048 mil); Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 5º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2014	4.898	28.517	159.548
Atualização monetária	-	-	4.232
Constituições líquidas de reversões e baixas	(767)	21.439	16.409
Pagamentos	(1.682)	-	-
Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 12)	2.449	47.956	180.187

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) IRPJ dos anos calendariais de 2008 e 2009 sobre as supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em virtude de superveniência de depreciação e de despesas e receitas operacionais relacionadas, no valor total de R\$ 234.530 mil (2013 - R\$ 226.511 mil); b) Autuação Fiscal lavrada pela Prefeitura de Salvador por suposta falta de recolhimento de ISS sobre operações de leasing para o período de dezembro/2008 a dezembro/2012, no valor total de R\$ 507.920 mil (2013 - R\$ 230.163 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2014	2013
Provisões para riscos fiscais (Nota 11b - IV)	180.187	159.546	-
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22a)	64.285	64.285	-
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.263	63.761	-
Impostos e contribuições a reter	582	71.159	-
Total	236.300	359.051	-

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2014	2013
Credores por antecipação de valor residual (Nota 71 - II)	55.286	55.286	134.146
Provisões cíveis (Nota 11b - IV)	47.956	47.956	26.517
Credores diversos - país	6.810	6.810	6.549
Obrigações por aquisição de bens e direitos	5.031	5.031	1.757
Provisões trabalhistas (Nota 11b - IV)	2.449	2.449	4.898
Provisão para pagamentos a efetuar	2.369	2.369	359
Total	119.901	174.226	-

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 11.176.393 mil (2013 - R\$ 12.050.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 208.738 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2013	208.738	12.050.000
Redução do capital social - AGE de 24.2.2014 (1)	-	(873.607)
Em 31 de dezembro de 2014	208.738	11.176.393

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2014, deliberou-se reduzir o capital social, de conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 873.607 mil, reduzindo-o de R\$ 12.050.000 mil para R\$ 11.176.393 mil, mediante a restituição em bens e em dinheiro, aos acionistas da Instituição, na proporção de suas participações no capital social, sem o cancelamento de ações. O processo foi homologado pelo BACEN em 16 de abril de 2014 e os recursos colocados à disposição dos acionistas.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2014	2013
Reservas de lucros	5.628.284	4.621.462	-
- Reserva legal (1)	929.082	827.233	-
- Reserva estatutária (2) (3)	4.699.202	3.794.139	-

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) (Reduções)/Incrementos no período de 31.12.2013 a 31.12.2014;

(a) R\$ (30.000) mil destinados para pagamento de dividendos aos acionistas, correspondentes à distribuição do resultado apurado no exercício de 2013, conforme Assembleia Geral Ordinária de 11.4.2014;

(b) R\$ (500.000) mil destinados para pagamento de dividendos aos acionistas, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 27.6.2014; e

(c) R\$ 1.435.063 mil, correspondentes à distribuição do resultado apurado no exercício de 2014.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	2.035.177	1.984.938
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(101.759)	(99.242)
Base de cálculo ajustada	1.933.418	1.885.696
Dividendos propostos (1)	398.355	301.998
Juros sobre o capital próprio (bruto) declarados (2)	100.000	200.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(15.000)	(30.000)
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	483.355	471.998
Porcentagem em relação à base de cálculo ajustada	25%	25%
Valor em Reais por ação	2.315,61	2.258,33

(1) Em 11.4.2014, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária, foi complementado a provisão dos dividendos propostos em 31.12.2013 em R\$ 30.000 mil, cujo pagamento foi efetuado em 27.6.2014; e

(2) Declarados conforme deliberados em Atas da Reunião da Diretoria realizadas em 20 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014, cujos pagamentos foram efetuados em 7.3.2014 e 26.12.2014, respectivamente.

Em 27 de junho de 2014 foi deliberado em Ata da Reunião da Diretoria a provisão e pagamento de dividendos de R\$ 500.000 mil à conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
Encargos sociais	5.922	36
Proventos	5.198	-
Provisões trabalhistas	789	5.156
Total	11.809	5.192

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2013
Serviços técnicos especializados	11.091	4.347
Propaganda, promoções e publicidade	495	16
Contribuições filantrópicas	336	600
Emolumentos judiciais e cartórios	50	289
Serviços do sistema financeiro	43	42
Transporte	16	27
Processamento de dados	11	13
Comunicação	4	5
Serviços de terceiros	-	78
Viagens	-	2
Outras	243	259
Total	12.289	6.116

continua...

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Contribuição à COFINS	5.733	11.816
Impostos e taxas	1.092	475
Contribuição ao PIS	931	1.920
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	123	375
Total	7.879	14.589

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Juros e atualizações monetárias sobre impostos a compensar	17.893	16.538
Atualizações monetárias sobre depósitos vinculados	10.072	28.498
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	4.053	4.831
Reversão de outras provisões operacionais	1.700	7.206
Receitas de recuperação de encargos e despesas	-	252
Outras (1)	1.796	9.897
Total	35.514	67.222

(1) Em 2013 inclui o valor de R\$ 6.280 mil, referente ao ganho na adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, instituído pela Lei nº 12.865/13.

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões civis	21.583	829
Atualizações de impostos e contribuições	10.395	38.506
Provisões para contingências fiscais	16.409	-
Outras provisões operacionais (1)	17.274	23.045
Comissões com terceiros	602	5.088
Despesas gerais	1.036	512
Atualizações monetárias	3.874	3.966
Doações e patrocínios	591	4.798
Indenizações pagas	23.252	126
Outras (2)	2.055	15.198
Total	97.071	92.044

(1) Provisão para créditos a receber do ex-controlador do Banco Bradesco S.A.; e
(2) Em 2013 inclui o valor de R\$ 13.771 mil, referente à despesa com a adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, instituído pela Lei nº 11.941/09.

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos (1)	(1.724)	2.436
(Contribuição) reversão de provisões não operacionais	74	(46)
Total	(1.650)	2.390

(1) Em 2014, compreende, substancialmente, ao prejuízo apurado na alienação de ações da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no montante de R\$ 4.473 mil.

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	2013	2014	2013
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	331.075	1.343.917	82.161	196.216
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	66.946	87.849	9.744	7.645
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(398.353)	(441.396)	-	-
Rubi Holdings Ltda.	3.688.841	3.073.265	-	-
Serel Participações S.A.	61.062	60.920	-	-
Mansella Holdings Ltda.	16.251	16.927	-	-
Castel Holdings Ltda.	2.010	1.732	-	-
Miramir Holdings S.A.	211	260	-	-
Ganant Corretora de Seguros Ltda.	174	-	-	-
Banab Corretora de Seguros S.A.	34	24	-	-
Embauba Holdings Ltda.	27	22	-	-
Tempo Serviços Ltda.	11	9	-	-
STVD Holdings S.A.	4	5	-	-
Banco Bradesco Cartões S.A.	-	32.663	-	-
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	-	33	-	-
Outras Controladas e Coligadas	5	3	-	-
Serviços prestados:				
Bradesco S.A. CTVM	-	-	-	(1)
Banco Bradesco S.A.	-	-	(2)	-

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.500 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.500 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos	5.198	-
Contribuição ao INSS	1.169	-
Total	6.367	-

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.981	-
Total	4.981	-

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPG 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cessão do Banco Bradesco S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Bradesco de Seguridade Social - Bases (relativos aos ex-empregados do Bradesco). As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são o investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.014.705	2.010.833
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	(905.892)	(904.339)
Participações em coligadas e controladas	784.933	707.452
Juros sobre capital próprio - pago	40.000	80.000
Juros sobre capital próprio - recebido	-	(15.371)
Despesas e provisões indebitáveis líquidas de receitas não tributáveis	26	108
Outros valores	1.395	6.148
Imposto de renda e contribuição social do exercício	20.472	(25.998)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	2.368	(18.952)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	15.242	(7.046)
Contribuição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	2.862	-
Total dos impostos diferidos	18.104	(7.046)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	20.472	(25.998)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.073	-	3.091	16.982
Provisões civis	10.376	9.633	57	19.952
Provisões fiscais	43.986	9.257	4.431	47.812
Provisões trabalhistas	1.809	315	1.295	829
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	17.410	-	-	17.410
Agio amortizado	8.720	-	-	8.720
Provisão sobre valores a ressarcir	46.399	6.910	-	53.309
Outras provisões	12.174	261	260	12.175
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	160.947	24.376	9.134	176.189
Base negativa de contribuição social	-	2.862	-	2.862
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	160.947	27.238	9.134	179.051
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a)	64.585	10.654	26.971	48.268
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	96.362	16.584	(17.837)	130.783

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Base negativa	Total
	Imposto de renda			
2015	23.324	12.057	-	35.381
2016	22.653	12.058	691	35.402
2017	22.369	11.887	677	34.933
2018	18.283	9.763	1.494	29.540
2019	27.634	16.161	-	43.795
Total	114.263	61.926	2.862	179.051

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 163.536 mil (2013 - R\$ 146.092 mil) sendo R\$ 160.947 mil (2013 - R\$ 146.092 mil) de diferenças temporárias e R\$ 2.589 mil de base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 48.268 mil (2013 - R\$ 64.585 mil) relativas à superveniência de depreciação R\$ 14.303 mil (2013 - R\$ 41.265 mil), ao ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 26.482 mil (2013 - R\$ 17.323 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 7.483 mil (2013 - R\$ 5.997 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões coligadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

O Banco Alvorada, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

continua...



BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409, 3º Andar, parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redação ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -

COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

e) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A Diretoria

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5 S - BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores do
Banco Alvorada S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31.V e 7I. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resulta na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 28 de janeiro de 2015

Rodrigo de Mattos Lira
Contador CRC 1SP252418/O-3

GUARDA DE DOCUMENTOS



A Egba no mundo digital

O arquivo de sua empresa
guardado em local seguro
e disponível para consulta
a qualquer hora.

egba

EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA



Governo do Estado da Bahia

www.egba.ba.gov.br

TEL.: (71) 3116 2805 • FAX: (71) 3116 2901

BANCO ALVORADA S.A.Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, do Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2014, registramos o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio e dividendos nos montantes de R\$ 200 milhões e R\$ 301,4 milhões, deliberados conforme Ata da Reunião da Diretoria de 20 de dezembro de 2013 e

na AGO de 11 de abril de 2014, respectivamente, e de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados conforme Atas das Reuniões da Diretoria de 27 de junho e 30 de setembro de 2014, nos montantes de R\$ 500 milhões e R\$ 100 milhões, respectivamente.

No exercício, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 2 bilhões, correspondente a R\$ 9.749,91 por ação. Patrimônio Líquido de R\$ 15,9 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 12,35% sobre o Patrimônio Líquido médio do período.

Salvador, BA, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	4.592.094	5.562.231	CIRCULANTE	506.739	574.931
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	3	OUTRAS OBRIGAÇÕES	506.739	574.931
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	332.736	1.872.896	Sociais e Estatutárias (Nota 13d)	398.355	441.398
Aplicações no Mercado Aberto	1.661	28.879	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	15.397	74.360
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	331.075	1.843.917	Diversas (Nota 12b)	92.987	59.173
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	247.817	399.744
DERIVATIVOS (Nota 6a)	379.737	327.076	OUTRAS OBRIGAÇÕES	247.817	399.744
Carteira Própria	110.158	93.238	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	220.909	284.691
Moeda de Privatização	-	148	Diversas (Nota 12b)	26.914	115.053
Vinculados à Prestação de Garantias	269.579	233.690	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.862.595	16.706.965
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	24	-	Capital:		
Transferências Internas de Recursos	24	(6.477)	- De Domiciliados no País (Nota 13a e b)	11.176.393	12.050.000
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(272)	(6.477)	Reservas de Lucros (Nota 13c)	5.628.284	4.621.462
Operações de Arrendamentos a Receber:			Ajustes de Avaliação Patrimonial	57.918	35.503
- Sétor Privado	2.143	36.755			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.620)	(33.781)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(795)	(9.451)			
OUTROS CRÉDITOS	3.879.801	3.868.690			
Rendas a Receber (Nota 8a)	3.789.444	3.785.460			
Diversos (Nota 8b)	110.393	83.233			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(36)	(33)			
OUTROS VALORES E BENS	66	63			
Outros Valores e Bens	275	306			
Provisões para Desvalorizações	(209)	(283)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	818.208	849.572			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	65.285	58.870			
Aplicações no Mercado Aberto	65.285	58.870			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	2.729	13.673			
Carteira Própria	-	8.645			
Moeda de Privatização	2.729	5.028			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(5)	(299)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Sétor Privado	667	2.047			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(667)	(2.036)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(5)	(310)			
OUTROS CRÉDITOS	748.199	777.324			
Diversos (Nota 8b)	748.318	777.457			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(119)	(129)			
PERMANENTE	12.208.849	11.269.837			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	12.151.467	11.101.064			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	12.142.554	11.063.680			
Outros Investimentos	51.454	79.925			
Provisões para Perdas	(42.541)	(42.541)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	57.382	164.773			
Bens Arrendados	295.962	696.135			
Depreciação Acumulada	(238.580)	(527.362)			
TOTAL	17.617.151	17.681.640	TOTAL	17.617.151	17.681.640

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	2º Semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	2013
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	95.497	251.888	647.320
Operações de Créditos (Nota 7g)	8.632	17.238	22.322
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	11.844	110.474	390.517
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	44.881	124.176	234.481
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	39.956	104.333	356.787
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	42.443	112.061	390.662
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	(2.487)	(7.728)	(33.875)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	55.501	147.555	290.533
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	984.714	1.868.809	1.717.919
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(8.288)	(11.808)	(6.192)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(4.989)	(12.289)	(6.116)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(3.244)	(7.879)	(14.589)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.060.321	1.962.333	1.768.629
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	14.932	35.514	67.222
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(74.018)	(87.071)	(82.044)
RESULTADO OPERACIONAL	1.040.215	2.016.355	2.008.443
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	(3.282)	(1.650)	2.390
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.036.933	2.014.705	2.010.833
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22a e b)	96.409	20.472	(25.998)
LUCRO LÍQUIDO	1.087.342	2.035.177	1.984.835
Número de ações (Nota 13a)	208.738	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	5.208,12	9.749,91	9.508,74

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital Social Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária	Próprias	Coligadas e Controladas		
Saldos em 30.6.2014	11.176.393	874.715	3.939.471	24.176	18.816	-	16.043.571
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	5.948	(620)	-	4.926
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.087.342	1.087.342
Destinações: - Reservas	-	54.367	759.731	-	-	(814.098)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(173.244)	(173.244)
Saldos em 31.12.2014	11.176.393	929.082	4.699.202	39.722	18.196	-	16.862.595
Saldos em 31.12.2012	12.050.000	728.081	2.921.594	44.118	136.980	-	15.880.773
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(18.147)	(127.448)	-	(145.595)
Dividendos 2012	-	-	(541.650)	-	-	-	(541.650)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.984.835	1.984.835
Destinações: - Reservas	-	99.242	1.414.195	-	-	(1.513.437)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(271.398)	(271.398)
Saldos em 31.12.2013	12.050.000	827.323	3.794.139	25.971	9.532	-	16.706.965
Redução de Capital	(873.607)	-	-	-	-	-	(873.607)
Dividendos 2013	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Dividendos Pagos	-	-	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	13.751	8.664	-	22.415
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	2.035.177	2.035.177
Destinações: - Reservas	-	101.759	1.435.063	-	-	(1.536.822)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(398.355)	(398.355)
Saldos em 31.12.2014	11.176.393	929.082	4.699.202	39.722	18.196	-	16.862.595

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**8) OUTROS CRÉDITOS****a) Rendas a receber**

Refere-se, substancialmente, a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, no montante de R\$ 3.768.630 mil (2013 - R\$ 3.785.263 mil).

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Devedores por depósitos em garantia	363.333	430.102
Pagamentos a ressarcar	186.020	174.935
Créditos tributários (Nota 22c)	179.051	160.947
Impostos e contribuições	74.137	62.965
Devedores diversos	40.313	15.063
Devedores por compra de valores e bens	15.498	16.339
Outros	359	359
Total	858.711	860.710

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de Participações em Coligadas e Controladas"

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Empresas		
Rubi Holdings Ltda.	5.822.146	10.338.185
Caeté Holdings Ltda.	162.000	511.411
Ganant Corretora de Seguros Ltda. (1)	274.550	298.936
Miramar Holdings S.A.	167.000	229.172
Bradesco Corretora de Seguros S.A.	4.700	9.591
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	430	692
Alcaré Holdings Ltda.	135	173
Serel Participações em Imóveis S.A.	280.000	1.693.462
Embaúba Holdings Ltda.	551.937	1.088.530
Manselha Holdings Ltda.	247.300	485.442
Manacás Holdings Ltda.	28.652	33.766
Tempo Serviços Ltda.	1.575.650	2.249.815
STVD Holdings S.A.	917.988	1.597.772
Bradesco Corretora de Seguros Ltda. (2)	-	-
Banco Bradesco Cartões S.A. (3)	-	-
Outras empresas	-	-
Total de investimentos	12.142.954	11.063.680

(1) Investimento foi adquirido na redução de capital social da Bradesco Corretora de Seguros Ltda., em 14.2.2014;

(2) Investimento foi utilizado na redução de capital social do Banco Alvorada, em 24.2.2014;

(3) Investimento foi utilizado no aumento de capital social da Duquele Holding em 14.2.2014;

(4) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Ações e cotas	28.571	28.571
Investimentos por incentivos fiscais	14.321	14.321
Títulos patrimoniais	77	77
Outros investimentos (1)	8.485	36.956
Subtotal	51.454	79.925
Provisão para perdas	(42.541)	(42.541)
Total	8.913	37.384

(1) Em 2014, variação refere-se à alienação de ações da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Imobilizado de arrendamento:		
Veículos e afins	295.860	695.787
Perdas em arrendamentos (liquidas)	102	348
Subtotal de bens arrendados	295.962	696.135
Depreciação acumulada de bens arrendados	(295.793)	(692.424)
Superavaliação de depreciação (Nota 31-V)	57.213	165.082
Subtotal da depreciação acumulada	(238.580)	(527.362)
Total imobilizado de arrendamento	57.382	168.773

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

O Banco Alvorada vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal questão é: IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 60.048 mil (2013 - R\$ 60.048 mil). Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, devidos, o valor das perdas definitivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Saldo no início do exercício de 2014	4.998	26.517
Atualização monetária	-	4.232
Constituições líquidas de reversões e baixas	(767)	21.439
Pagamentos	(1.682)	-
Saldo no final do exercício de 2014 (Nota 12)	2.449	47.956

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) IRPJ dos anos calendariais de 2008 e 2009 sobre a supostas exclusões não autorizadas na apuração do lucro real em virtude de superveniência de depreciação e de despesas e receitas operacionais relacionadas, no valor total de R\$ 234.530 mil (2013 - R\$ 226.511 mil); b) Autuação Fiscal lavrada pela Prefeitura de Salvador por suposta falta de recolhimento de IBS sobre operações de leasing para o período de dezembro/2008 a dezembro/2012, no valor total de R\$ 507.920 mil (2013 - R\$ 230.163 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões para riscos fiscais (Nota 11b - IV)	180.187	159.546
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	48.268	64.585
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.263	63.761
Impostos e contribuições a recolher	582	71.159
Total	236.300	359.051

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Credores por antecipação de valor residual (Nota 71 - I)	55.286	134.146
Provisões cíveis (Nota 11b - IV)	47.956	26.517
Credores diversos - pass.	6.810	6.544
Obrigações por aquisição de bens e direitos	5.031	1.757
Provisões trabalhistas (Nota 11b - IV)	2.449	4.898
Provisão para pagamentos a efetuar	3.369	359
Total	119.901	174.226

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 11.176.393 mil (2013 - R\$ 12.050.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 208.738 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações	R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2013	208.738	12.050.000
Redução do capital social - AGE de 24.2.2014 (1)	-	(873.607)
Em 31 de dezembro de 2014	208.738	11.176.393

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2014, deliberou-se reduzir o capital social, de conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/75, no valor de R\$ 873.607 mil, reduzindo-o de R\$ 12.050.000 mil para R\$ 11.176.393 mil, mediante a restituição em bens e em dinheiro, aos acionistas da Instituição, na proporção de suas participações no capital social, sem o cancelamento de ações. O processo foi homologado pelo BACEN em 16 de abril de 2014 e os recursos colocados à disposição dos acionistas.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros	5.628.284	4.621.462
- Reserva legal (1)	929.082	927.323
- Reserva estatutária (2) (3)	4.699.202	3.794.139

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) (Redução)/Incrementos no período de 31.12.2013 a 31.12.2014;

(a) R\$ (30.000) mil destinados para pagamento de dividendos aos acionistas, correspondentes à distribuição do resultado apurado no exercício de 2013, conforme Assembleia Geral Ordinária de 11.4.2014;

(b) R\$ (500.000) mil destinados para pagamento de dividendos aos acionistas, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 27.6.2014; e

(c) R\$ 1.435.063 mil, correspondentes à distribuição do resultado apurado no exercício de 2014.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro, estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido do exercício	2.035.177	1.984.835
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(101.759)	(99.242)
Base de cálculo ajustada	1.933.418	1.885.593
Dividendos propostos (1)	398.355	301.398
Juros sobre o capital próprio (bruto) declarados (2)	100.000	200.000
Imposto de renda na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(15.000)	(30.000)
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	483.355	471.398
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25%	25%
Valor em reais por ação	2.315,61	2.258,33

(1) Em 11.4.2014, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária, foi complementado a provisão dos dividendos propostos em 31.12.2013 em R\$ 30.000 mil, cujo pagamento foi efetuado em 27.6.2014;

(2) Declarados conforme deliberados em Ata de Reunião da Diretoria realizada em 20 de dezembro de 2013 e 30 de setembro de 2014, cujos pagamentos foram efetuados em 7.3.2014 e 26.12.2014, respectivamente.

Em 27 de junho de 2014 foi deliberado em Ata da Reunião da Diretoria a provisão e pagamento do dividendos de R\$ 500.000 mil a conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

14) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Encargos sociais	5.822	36
Proventos	5.198	788
Provisões trabalhistas	788	5.192
Total	11.808	5.192

continua

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços técnicos especializados	11.091	4.347
Propaganda, promoções e publicidade	495	456
Contribuições filantrópicas	336	600
Emolumentos judiciais e cartórios	50	289
Serviços do sistema financeiro	43	42
Transporte	16	27
Processamento de dados	11	13
Comunicação	4	5
Serviços de terceiros	-	76
Viagens	-	2
Outras	243	259
Total	12.289	6.116

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Contribuição a COFINS	5.733	11.816
Impostos e taxas	1.092	478
Contribuição ao PIS	931	1.920
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	123	375
Total	7.879	14.589

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Juros e atualizações monetárias sobre impostos a compensar	17.893	16.538
Atualizações monetárias sobre depósitos vinculados	10.072	28.498
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	4.053	4.831
Reversão de outras provisões operacionais	1.700	7.206
Receitas de recuperação de encargos e despesas	-	252
Outras (1)	1.796	9.897
Total	35.514	67.222

(1) Em 2013 inclui o valor de R\$ 6.280 mil, referente ao ganho na adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, instituído pela Lei nº 12.865/13.

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Provisões cíveis	21.583	829
Atualizações de impostos e contribuições	10.395	38.506
Provisões para contingências fiscais	16.409	-
Outras provisões operacionais (1)	17.274	23.045
Comissões com terceiros	602	5.066
Despesas gerais	1.036	512
Atualizações monetárias	3.874	3.966
Doações e patrocínios	591	4.798
Indenizações pagas	23.252	126
Outras (2)	2.055	15.196
Total	97.071	92.044

(1) Provisão para créditos a receber do ex-controlador do Banco Bradesco S.A.; e
(2) Em 2013 inclui o valor de R\$ 13.771 mil, referente a despesa com a adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, instituído pela Lei nº 12.865/13.

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos (1)	(1.724)	2.436
(Constituição)/reversão de provisões não operacionais	74	(46)
Total	(1.650)	2.390

(1) Em 2014, compreende, substancialmente, ao prejuízo apurado na alienação de ações da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros no montante de R\$ 4.473 mil.

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador e empresas coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2014	2013	2014	2013
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	331.075	1.343.917	82.161	196.216
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	66.946	87.849	9.744	7.645
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(398.353)	(441.396)	-	-
Rui Holdings Ltda.	3.688.841	3.673.265	-	-
Serrel Participações S.A.	61.062	60.920	-	-
Marselha Holdings Ltda.	16.251	16.327	-	-
Caeté Holdings Ltda.	2.010	1.732	-	-
Miramar Holdings S.A.	211	260	-	-
Ganant Corretora de Seguros Ltda.	174	-	-	-
Banab Corretora de Seguros S.A.	34	24	-	-
Embaúba Holdings Ltda.	27	22	-	-
Tempo Serviços Ltda.	11	9	-	-
STVD Holdings S.A.	4	5	-	-
Banco Bradesco Cartões S.A.	-	32.663	-	-
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	-	33	-	-
Outras Controladas e Coligadas	5	3	-	-
Serviços prestados:				
Bradesco S.A. CVM	-	-	-	(1)
Banco Bradesco S.A.	-	-	(2)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2014, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.500 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.500 mil para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Além de relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Proventos	5.198	-
Contribuição ao INSS	1.169	-
Total	6.367	-

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Planos de previdência complementar de contribuição definida	4.981	-
Total	4.981	-

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cisão do Banco Banab S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Banab de Seguridade Social - Bases (relativos aos ex-empregados do Banab). As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.014.705	2.010.833
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	(805.882)	(804.333)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	784.933	707.452
Juros sobre capital próprio - pago	40.000	80.000
Juros sobre capital próprio - recebidos	-	(15.371)
Despesas e provisões indenificáveis líquidas de receitas não tributáveis	26	106
Outros valores	1.395	6.146
Imposto de renda e contribuição social do exercício	20.472	(25.998)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	2.368	(18.952)
Impostos diferidos		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	15.242	(7.046)
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	2.862	-
Total dos impostos diferidos	18.104	(7.046)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	20.472	(25.998)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2013	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.073	-	3.091	16.982
Provisões cíveis	10.376	8.633	57	18.962
Provisões fiscais	43.886	8.257	4.431	47.812
Provisões trabalhistas	1.809	315	1.295	829
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	17.410	-	-	17.410
Agio amortizado	8.720	-	-	8.720
Provisão sobre valores a ressarcir	46.399	6.910	-	53.309
Outras provisões	12.174	251	260	12.175
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	160.947	24.376	9.134	176.189
Base negativa de contribuição social	-	2.862	-	2.862
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	160.947	27.238	9.134	179.051
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a)	64.885	10.654	26.971	48.268
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	96.362	16.584	(17.837)	130.783

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil			
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Base negativa
2015	23.324	12.057	-	-
2016	22.653	12.058	691	-
2017	22.369	11.887	677	-
2018	18.283	9.763	1.494	-
2019	27.634	16.161	-	-
Total	114.263	61.926	2.862	179.051

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 163.536 mil (2013 - R\$ 146.092 mil) sendo R\$ 160.947 mil (2013 - R\$ 146.092 mil) de diferenças temporárias e R\$ 2.589 mil de base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 48.268 mil (2013 - R\$ 64.885 mil) relativas à superação da legislação R\$ 14.303 mil (2013 - R\$ 41.265 mil), ao ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 26.482 mil (2013 - R\$ 17.323 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 7.483 mil (2013 - R\$ 5.997 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão seguros por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.
A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.
O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização.

O Banco Alvorada, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:
• Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
• Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
• Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
• Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
• Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
• Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
• Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
• Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.
d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

e) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A Diretoria

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/0-5 S - BA

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Avenida da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores do

Banco Alvorada S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuflência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 31.V e 31.F. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada com informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMGKPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Ossaco, 28 de janeiro de 2015

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3**MUNDO**

Prisão perpétua para assassino de 'Sniper'

ESTADOS UNIDOS O ex-fuzileiro naval Eddie Ray Routh foi condenado a prisão perpétua pelo assassinato de Chris Kyle, autor da autobiografia *Sniper Americano* - que inspirou o filme homônimo que concorreu ao Oscar de melhor filme este ano -, e de outro homem. O júri do Texas rejeitou a tese da defesa de que o réu sofre de insanidade. Após duas semanas de julgamento, durante as quais os jurados ouviram testemunhos sobre o comportamento instável de Routh, o réu foi condenado, na noite de terça-feira, pelas mortes de Kyle e Chad Littlefield num campo de tiro do Texas, dois anos atrás. Routh não manifestou qualquer reação quando o juiz divulgou sua sentença de prisão perpétua. O veredito encerrou um julgamento cheio de emoções, no qual os promotores apresentaram Routh, de 27 anos, como um problemático usuário de drogas que sabia distinguir o certo do errado, apesar de ter problemas psiquiátricos. Advogados de defesa disseram que ele sofre de esquizofrenia e que teve um surto psicótico

**Ex-fuzileiro naval, Eddie Routh**

quando fez os disparos que mataram as vítimas. Embora as testemunhas e provas mostrassem referências à sua insanidade, ele confessou o crime várias vezes, pediu desculpas por eles e tentou fugir do local após os disparos. Familiares dizem que Routh sofre de estresse pós-traumático por ter servido no Iraque e no Haiti, após o terremoto de 2010. Segundo o doutor Randall Price, Routh sofre de uma desordem paranoica que piorou com o uso de álcool e maconha.

Corte de gás 'cheira a genocídio', diz Putin

UCRÂNIA O presidente russo, Vladimir Putin, afirmou, ontem, que o corte do fornecimento de gás feito por Kiev às regiões separatistas de Donetsk e Lugansk, no leste da Ucrânia, "cheira a genocídio". A afirmação foi feita no primeiro dia de trégua nos combates entre o Exército ucraniano e os rebeldes desde o cessar-fogo acordado em Minsk, no dia 12. "Como se não bastasse que lá (em Donetsk e Lugansk) se passa fome e que a Osce tenha constatado que há uma catástrofe humanitária, ainda por cima cortam o gás. Como isso se

chama? Isso já cheira a genocídio", disse em entrevista coletiva. Putin ressaltou que, além das milícias insurgentes, nos territórios rebeldes também vivem "crianças, mulheres e idosos que nada têm a ver com o conflito" e que as autoridades ucranianas haviam se comprometido em garantir o fornecimento de energia às regiões dos separatistas. Por outro lado, o presidente russo ameaçou cortar a exportação de gás para a Ucrânia em três dias caso Kiev não pague, antecipadamente, pelo consumo previsto para o mês de março.

México: professor de 65 anos é morto em protesto

VIOLÊNCIA Uma manifestação de professores por melhores condições de trabalho terminou com um homem morto e pelo menos 12 pessoas feridas, entre elas sete policiais, quando forças federais mexicanas expulsaram, na noite de terça-feira, membros de um combativo sindicato de professores que bloqueavam os acessos ao aeroporto de Acapulco (sul do país). Raúl Miliani, subsecretário da Defesa Civil do estado de Guerrero, identificou a vítima fatal como Claudio Castillo, professor aposentado de 65 anos que morreu depois de ser espancado pela polícia. O confronto entre policiais e professores começou na tarde de terça-feira, quando 5 mil professores bloquearam por seis horas a passagem de veículos para o aeroporto inter-

**Mais de 100 pessoas foram presas durante protesto de professores**

nacional do turístico Acapulco, para exigir melhores condições salariais, assim como justiça pelo crime dos 43 estudantes desaparecidos e supostamente massacrados em setembro em Iguala. Na ex-

pulsão, 112 pessoas foram detidas, segundo Rosas, que é porta-voz da Coordenadoria Estatal de Trabalhadores da Educação em Guerrero, uma corrente radical do sindicato de professores.

França prende jornalistas por pilotar drones

TV AL-JAZEERA Três jornalistas da rede de televisão Al-Jazeera foram detidos após pilotarem um drone, ontem à tarde, em um parque em Paris, indicaram fontes próximas à investigação. A nacionalidade dos profissionais do serviço internacional da emissora, de 34, 52 e 68 anos de idade, não havia sido revelada até ontem pelas autoridades francesas. Pilotar um drone sem licença em Pa-

ris é punível com pena de até um ano de prisão e multa de 75 mil euros. As detenções ocorreram após duas noites consecutivas em que foram avistados drones suspeitos sobrevoando ilegalmente locais estratégicos da capital francesa. Na madrugada de terça-feira, pelo menos cinco aeronaves sobrevoaram o Palácio do Eliseu, a Embaixada dos Estados Unidos, as torres Eiffel.

Avalanches matam 108 pessoas no Afeganistão

NEVE Avalanches mataram ontem pelo menos 108 pessoas no nordeste do Afeganistão, informou um funcionário do serviço de emergência. A província mais atingida foi a de Panjshir, cerca de 100 quilômetros a nordeste da capital, Cabul, onde as avalanches enterraram cerca de 100 casas, disse Syas. O governador em exercício de Panjshir, Abdul Rahman Kabiri, disse que os integrantes das equi-

pes de resgate usaram as próprias mãos e pás para tentar chegar aos sobreviventes. Autoridades acreditam que o número de mortos deve aumentar, disse Syas. Grandes partes do Afeganistão estão cobertas de neve depois que uma grande tempestade interrompeu o que até então era um inverno ameno e seco. A expectativa dos meteorologistas é que a neve comece a derreter nos próximos dias.

Morte de jovem em manifestação gera onda de protestos

VENEZUELA Centenas de pessoas protestaram ontem em várias cidades da Venezuela para condenar a morte do estudante Kluyberth Roa, 14 anos, atingido na terça por um tiro disparado pela polícia durante uma manifestação em San Cristóbal, oeste do país. Em Caracas, jovens reunidos em frente ao Ministério do Interior, Justiça e Paz exigiram a anulação de um polémico decreto imposto pelo governo no mês passado que permite às forças de segurança usar armas letais para reprimir protestos violentos. Críticos da resolução alegam que ela viola a Constituição, que bane o uso de armas de fogo em protestos. Horas após a morte de Kluyberth, Nicolás Maduro admitiu que a Constituição "proíbe a repressão armada de maneira explícita", mas afirmou que o tiro foi disparado após policiais serem agredidos.